

VELHAS OPINIÕES “REQUENTADAS”: VARGAS POR DOIS HISTORIADORES

Antonio Pedro Tota* e André Moisés Gaio**

Levine, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Rose, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil/1930-1954*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Acostuma-te à lama que te espera
Augusto dos Anjos

A Editora Companhia das Letras investiu em dois projetos com o mesmo tema: a chamada Era Vargas. O que se pode dizer de imediato é que as obras pouca contribuição trouxeram para o estudo do período.

Os livros de Levine (2002) e Rose (2002), embora diferentes quanto à qualidade e os recursos para a fundamentação dos argumentos, não trazem, como vimos, qualquer novidade ao leitor brasileiro e mesmo aos leitores estrangeiros que freqüentam a bibliografia sobre o período em questão.

Os livros são francamente críticos ao legado varguista, operação facilitada pela distância de ambos quanto às posições que têm sido tomadas pelas elites brasileiras nos últimos oito anos, quando essas decretaram o fim do ciclo varguista e levaram o país rumo à globalização passiva e à “destruição sem criação”. Aqueles que acompanharam de perto o processo supracitado puderam perceber que havia, naqueles que o recusaram, a reivindicação da permanência de certas instituições e preocupações originárias da “Era Vargas”.

A crítica ao populismo permeia os dois trabalhos, demonstrando que a descuidada utilização desse conceito continua causando graves problemas para a pesquisa histórica sobre o período pós-1930.

Robert Levine é um historiador conhecido no Brasil por alguns bons livros, inclusive um sobre o Estado Novo, amplamente citado por aqueles que pesquisam e escrevem sobre esse período.

No livro em questão, Levine procurou acompanhar a trajetória de Vargas a partir de uma perspectiva não apenas biográfica, mas com ambições interpretativas. O autor utilizou principalmente livros escritos por norte-americanos e citou poucos livros de autores brasileiros. É claro que Levine conhece o que aqui foi produzido sobre Vargas e seus governos, e também fica evidente que o livro se destina ao público norte-americano.

O retrato que Levine fez de Vargas e de seus governos toma como base analítica modelos que não dão conta da singularidade brasileira. O ex-presidente foi caracterizado como populista, como um “realista e mestre em ocultar suas posições”, “pragmático”, com “habilidade especial para estar no lugar certo na hora certa”, “autoritário”, “pessoa desprovida de graça, cumpridora dos deveres cotidianos e sem curiosidade”, “insensível”.

Os adjetivos são os mesmos utilizados desde os primeiros estudos sobre Vargas, e de modo geral são emprestados do vocabulário dos inimigos do ex-presidente desde 1930.

Armado com tais (pre)conceitos, Levine partiu para a tarefa de encontrar na história os fatos que justificariam a utilização de tais objetivos. O resultado é uma visão bastante tradicional do tratamento da história.

Desarmado de qualquer teoria sobre a formação do Estado-nação, Levine só pôde enxergar a presença do indivíduo na história, de alguém acima dos constrangimentos, das circunstâncias, e que imprimiu nos fatos suas qualidades e defeitos pessoais.

Ao dissociar Vargas do processo de construção do Estado brasileiro – cuja estrutura ampliava a capacidade de regulação e intervenção sobre amplas áreas da nossa vida social e econômica e, por isso, tornava a tarefa de direção política algo complexa e extremamente disputada, centralizada e intervencionista do Estado –, Levine só conseguiu ver, nas crises políticas do período em questão, os erros de condução do ex-presidente.

A dramaticidade do processo brasileiro de construção do Estado nacional, isto é, a centralização, unificação, delimitação da soberania sobre o território e a questão social que, na Europa, se distribuíram durante séculos, foi tal que, de acordo com Draibe,¹ no caso brasileiro, concentrou-se no período pós a revolução de 1930.

A estruturação de uma nova forma de Estado trouxe enormes custos políticos aos que a patrocinaram. A Presidência da República foi, segundo Draibe, extremamente politizada, na medida em que o novo aparelho econômico e a nova estrutura administrativa, com

seus Conselhos e Departamentos, funcionavam “num contexto de disputas de interesses” e conflitos que tinham que ser processados na Presidência da República. Daí a obsessão pela conquista do Poder Executivo a qualquer preço.

A instabilidade que marcou a política brasileira desde 1930² deve considerar os dilemas advindos do novo formato do Estado Brasileiro após 1930.

As crises do Estado Novo e a de 1954, apesar da abundante bibliografia disponível, foram tratadas de forma sumária, pautada pela versão “liberal-militar”,³ udenista, especialmente quando Levine se dedicou a explicar a queda de Vargas em 1945. O problema não é que tal tese foi formulada pela UDN ou por historiadores simpáticos àquele partido, mas da falsidade dessa, da qual Levine se convenceria se tivesse consultado outras fontes. O problema é que o ano de 1945 parece não ter feito parte do Estado Novo, na medida em que o fim da censura, a anistia, o ato adicional, a criação do sistema partidário nacional, a recriação da justiça eleitoral, a lei “malaia”, enfim, a liberalização do regime ditatorial estadonovista, que provocou a fúria da UDN e motivou a *conspiração* que derrubou Vargas, só são tratadas como demonstração do oportunismo político do ex-presidente pela literatura simpática à UDN.

O não tratamento aprofundado das origens e da composição das forças de oposição ao ex-presidente prejudicou o retrato que Levine construiu sobre Vargas, pois, no mínimo, ele deveria se perguntar se tais forças eram mais modernas, tinham projetos melhores e mais consistentes, se eram mais democráticas do que aquelas que sustentaram Vargas.

Na verdade, o autor parece não gostar das comparações, pois, se ele contrapusesse a experiência varguista aos governos da República Velha e as outras experiências da América Latina, pensamos que suas análises seriam mais ponderadas. Quanto à questão de gênero, quando sublinha o desprezo do ex-presidente em relação aos direitos da mulher, Levine omitiu que, no Brasil, as mulheres foram incorporadas ao eleitorado bem antes que em alguns países europeus.

A utilização da teoria do populismo, atualmente desmoralizada por suas inúmeras insuficiências, prejudicou enormemente as análises do autor e o fez repetir os chavões que apenas empobrecem o retrato que fez da experiência varguista.

Faltou-lhe, para fundamentar suas análises, uma teoria razoável do conceito de ideologia,⁴ uma discussão da ausência de indústria cultural no Brasil para relativizar a importância da propaganda no Estado Novo para gerar consentimento (ausência de rádios nacionais, baixa tiragem dos jornais e revistas, a existência de poucas salas de cinema, baixo número de publicações de livros impediam a criação de uma indústria cultural nos moldes europeus e norte-americano), um estudo mais aprofundado dos resultados do corporativismo, seja na distribuição de renda, seja na ampliação do número de empre-

gos, como fez Rodrigues,⁵ por exemplo. As questões acima citadas compõem o cardápio variado daqueles que utilizam a teoria do populismo para substituir as pesquisas por análises superficiais.

A pouca ênfase nas diferenças entre o primeiro e o segundo governo de Vargas também é outro problema comum na historiografia, e Levine não busca resolvê-lo, especialmente porque permite omitir que o segundo governo foi democrático e, portanto, matizaria a opinião do autor sobre o ex-presidente.

Pouca importância foi dada ao Vargas construtor de instituições; veja-se, por exemplo, seu papel na construção do sistema partidário criado em 1945 e aperfeiçoado por outros, que, segundo Lavareda foi mais popular e consistente do que aquele criado em 1979.

Enfim, consideramos que o livro de Levine, não obstante ter sido bem escrito e representar uma competente formulação da historiografia udenista sobre Getúlio Vargas, sofre de muitos problemas, tanto conceituais quanto de pesquisa histórica.

O amadorismo em ação

O livro de E. M. Rose não alcança o grau de seriedade e coerência daquele escrito por Levine. O livro de Rose já tinha sido criticado duramente nos Estados Unidos pelo historiador Frank D. MacCann que iniciou sua resenha afirmando “*This is a frustrating book*” e, além disso, apontou inúmeros erros, afirmações sem sentido contidas no livro em questão.

Para Rose, Vargas seria o responsável por todos as mazelas brasileiras ocorridas entre 1930 e 1954.

O autor procurou “divertir” os leitores com afirmações grotescas como, por exemplo: “manipulados pela destreza ávida de Oswaldo Aranha (...)”; sobre a revolta de 1932 diz que “foi uma guerrinha curta, se não glamurosa”; sobre o ex-presidente afirmou que “Getúlio era alguém que raramente seria pego dormindo (...)” (sic). Próxima à narrativa de romance policial, B. tenta envolver o leitor em uma atmosfera de terror ao descrever as celas das prisões: “Além de serem escuros e cheios de baratas, os cubículos, que não tinham mais de cinco metros quadrados, eram, às vezes, ocupados por cinquenta ou sessenta presos”. Como pretende ser análise científica, o trabalho de Rose deixa a desejar. Não há fontes confiáveis para suas análises. O que vale é o senso comum e o modismo do vulgar “politicamente correto”.

A velha história de Getúlio de ter sido um fazendeiro (sic) e a subsequente ligação mecanicista de pertencer à elite econômica não deixaram de faltar num livro com nenhuma base teórica.

Nada de novo no *front* dos estudos sobre o Estado Novo, sobre a Intentona Comunista, sobre a repressão política desencadeada sobre os inimigos do regime estadonovista. Velhas histórias com pretensa roupagem pós-moderna.

Livro mal escrito, dispensável. Enfim, um equívoco que merece apenas o nosso laudatório por sua acolhida junto a uma editora tão prestigiosa quanto a Companhia das Letras.

Notas

* Professor do Departamento de História da PUC.

** Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹ Draibe, Sônia. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 63.

² As crises de maiores repercussões foram: a Revolta Constitucionalista de 1932, a Revolta Comunista em 1935, o golpe do Estado Novo, o golpe integralista em 1938, o golpe contra Vargas em 1945, a articulação golpista que levou Vargas ao suicídio em 1954, o contragolpe de Lott em 1955, a tentativa de golpe contra a posse de João Goulart em 1961 e o golpe contra o mesmo em 1964.

³ Hilton, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro, Record, 1987.

⁴ Eagleton, T. *Ideologia*. São Paulo, Boitempo/Editora da Unesp, 1997, p. 27, chama-nos a atenção para o fato de que qualquer noção consistente de ideologia deve *harmonizar-se com a experiência vivenciada por seus sujeitos...* Na medida em que Levine não considera que os governos de Vargas tenham produzido benefícios reais aos brasileiros, fica difícil entender a permanência de Vargas no universo simbólico dos mesmos como uma lembrança positiva.

⁵ Rodrigues, Leôncio Martins. *Partidos & sindicatos*. São Paulo, Ática, 1990.